

Greve: 80 mil na Esplanada



Em mais uma demonstração de resistência às políticas encaminhadas pelo Executivo, os servidores públicos federais ocuparam a Esplanada dos Ministérios, no dia 6 de agosto, para dizer não à PEC 40/03.

Vários parlamentares que não concordam com a reforma da Previdência participaram do ato.

Página 4

Entrevista

O 1º vice-presidente do ANDES-SN, José Domingues de Godoi Filho, avalia que o objetivo do governo, com a reforma da Previdência, é contemplar o sistema financeiro por meio dos chamados fundos de pensão.

Página 5

**Participe da marcha
contra a PEC 40/03**

**Dia 19 de agosto,
na Esplanada dos Ministérios.**

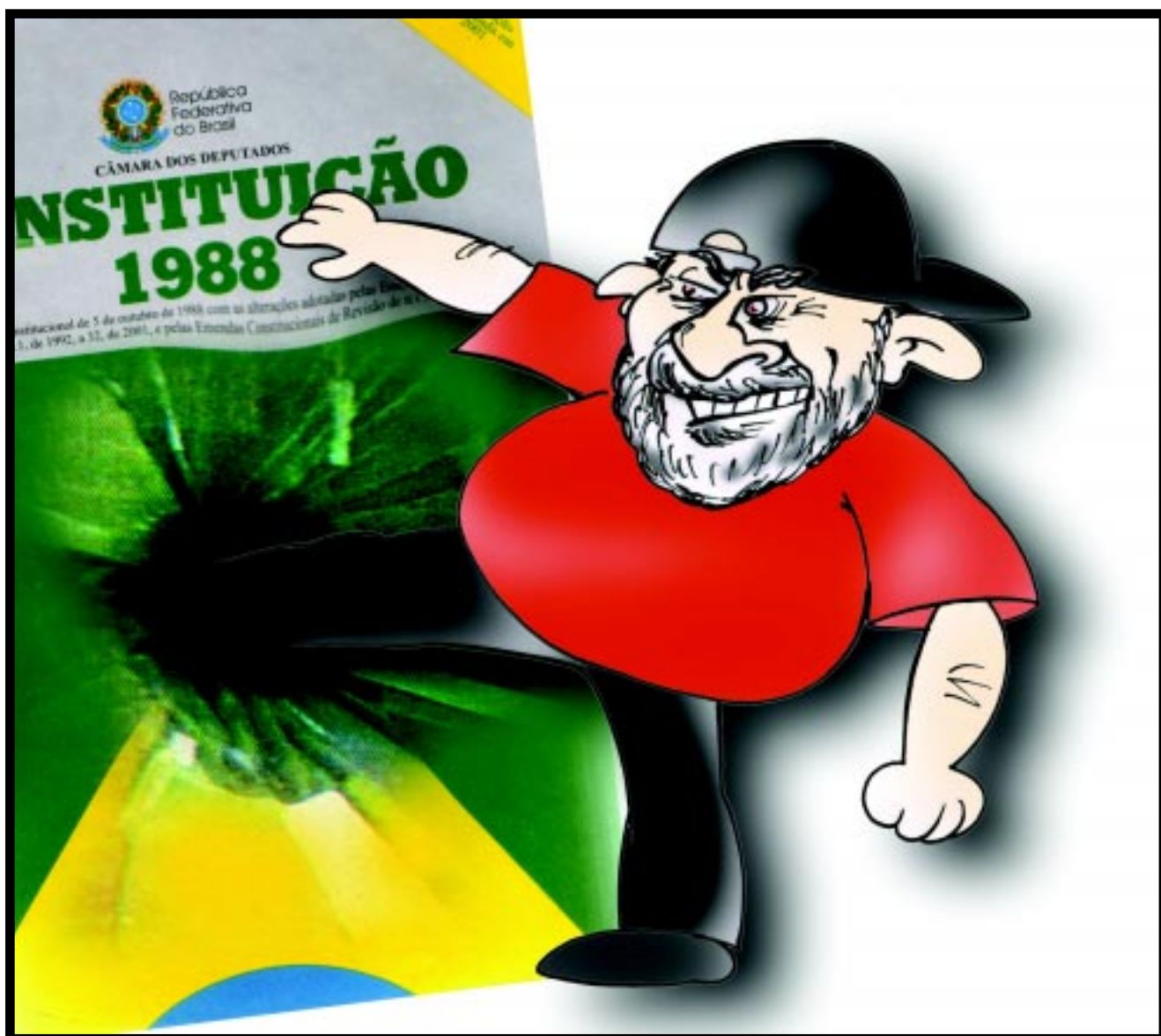
Intensificar a luta

O Governo Lula, a despeito das manifestações de intelectuais, entidades científicas, centrais sindicais, políticos, movimentos populares, mantém a ofensiva contra direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, aprofundando a aplicação de reformas neoliberais ditadas pelo Consenso de Washington II.

As reformas da Previdência, tributária, sindical e trabalhista estão em curso. O “rolo compressor”, com negociatas, substituição de membros de comissões e, inclusive, com medidas arbitrárias e antidemocráticas como impedimento do livre acesso, violência e prisões no Congresso, ameaças de expulsão de membros do partido, não tem precedentes na história recente do Brasil.

A reforma da Previdência (PEC 40/03), na forma como está sendo votada no Congresso, retira a integralidade, a paridade, a aposentadoria especial dos professores de 1º e 2º Graus, taxa os aposentados e introduz mecanismos de privatização da Previdência. A reação dos servidores públicos, com atos, manifestações, paralisações e a greve dos SPFs, representa um movimento social inédito, que aponta para a necessidade de envolvimento geral da classe trabalhadora, transformando-se num contundente confronto ao projeto do governo. Soma-se à conjuntura a movimentação dos trabalhadores rurais sem terra e sem teto que também exigem o rompimento com a macroeconomia ortodoxa do FMI/Governo Lula e o atendimento das reivindicações históricas dos trabalhadores.

A reforma da Previdência (PEC/40) tramita no Congresso. Entra para o segundo turno na Câmara dos Deputados e posteriormente no Senado. Portanto, a tramitação não está concluída, e, por isso, o movimento docente aponta para a continuidade da consolidação da greve. O movimento dos servidores públicos federais contra a PEC 40/03 vem demonstrando força com as três marchas já realizadas (11/06, 06/08, 19/08), que paulatinamente colocaram milhares de manifestantes em Brasília. Tais marchas inserem-se no contexto das manifestações



de reação e de rejeição decorrentes do impacto causado pela devastadora realidade desenhada para os serviços públicos no modelo neoliberal de reforma da Previdência em curso.

A força da greve, demonstrada pelas marchas, está sendo alimentada pelas decisões de continuidade e pelo crescimento de novas adesões – ADUNIFESP, ADUNICAMP, ADUNESP- (5 campi), SINDCEFET-MG. Em assembleias realizadas após a votação da PEC 40/03, em 1º turno, decidiram ingressar na greve a partir do dia 11 de agosto: SINDCEFET-PI, ADUSP, ADCEFET-RJ (18/08) e ADCESPI (25/08).

Tais decisões de base indicam que as lutas que vêm sendo travadas devem ser articula-

das, intensificadas, consolidadas e ampliadas para compor um arco amplo de forças. É crucial que todos os movimentos se empenhem na construção da resistência à destruição do Estado, da democracia, dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores em lutas históricas.

O INFORMANDES na presente edição cumpre seu papel não só de dar visibilidade ao que já ocorreu, mas também de orientar a aglutinação das forças para ampliar a resistência contra políticas destrutivas em curso no Brasil.

NÃO CABE VACILAÇÃO: no Congresso e no Senado, o voto é NÃO à PEC 40/03.

InformAndes é uma publicação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, Bloco "C", 3º andar, CEP 70302-914, Brasília-DF

PRESIDENTE: Luiz Carlos Gonçalves Lucas; **1º VICE-PRESIDENTE:** José Domingues de Godoi Filho; **2º VICE-PRESIDENTE:** Osvaldo Coggiola; **3º VICE-PRESIDENTE:** Maria Lia Silva e Reis; **SECRETÁRIA-GERAL:** Celi Zulke Taffarel; **1ª SECRETÁRIA:** Ana Lúcia Barbosa Faria; **2ª SECRETÁRIA:** Marlon Freire de Melo; **3ª SECRETÁRIA:** Maria Cristina Miranda da Silva; **1º TESOUREIRO:** José Vitorio Zago; **2º TESOUREIRO:** Antônio Luiz de Andrade; **3º TESOUREIRO:** Almir Serra Martins Menezes Filho; **REGIONAL NORTE I:** 1º Vice-Presidente: Antônio José Vale da Costa; 2º Vice-Presidente: Jorge Luiz C. de Oliveira; **REGIONAL NORTE II:** 1º Vice-Presidente: Vera Lucia Jacob Chaves; 2º Vice-Presidente: Adélia Benedita C. dos Santos; **REGIONAL NORDESTE I:** 1º Vice-Presidente: José Eudes Baima Bezerra; 2º Vice-Presidente: Rosilda Silva Dias; **REGIONAL NORDESTE II:** 1º Vice-Presidente: Josevaldo Pessoa da Cunha; 2º Vice-Presidente: Zenilde M. B. de Moraes; **REGIONAL NORDESTE III:** 1º Vice-Presidente: Maria Cristina da Rocha Mendes; 2º Vice-Presidente: Antônio Ponciano Bezerra; **REGIONAL PLANALTO:** 1º Vice-Presidente: Alcir Horácio da Silva; 2º Vice-Presidente: Ana Carla Dias Carvalho; **REGIONAL PANTANAL:** 1º Vice-Presidente: Carlos Roberto Sanches; 2º Vice-Presidente: Mário Luiz Alves; **REGIONAL LESTE:** 1º Vice-Presidente: Elisabeth Orletti; 2º Vice-Presidente: Angela M. S. Ferreira; **REGIONAL RIO DE JANEIRO:** 1º Vice-Presidente: Janete Luzia Leite; 2º Vice-Presidente: Cláudia March Frota Souza; **REGIONAL SÃO PAULO:** 1º Vice-Presidente: Marília Leite Washington; 2º Vice-Presidente: Elisaldo L. A. Carlini; **REGIONAL SUL:** 1º Vice-Presidente: Antonio de Pádua Bosi; 2º Vice-Presidente: João Francisco Ricardo K. Negrão; **REGIONAL RIO GRANDE DO SUL:** 1º Vice-Presidente: Ceres Maria Ramires Torres; 2º Vice-Presidente: Leda Carmen Wulff Gobetti.

Conselho editorial: Antônio José Vale da Costa (TomZé), Paulo Miranda e Roberto Boaventura

Diretor responsável: Antônio José Vale da Costa (TomZé) **Jornalistas:** Gabriela Campos, Luís André Barreto e Ricardo Borges **Colaboração:** Carla Lisboa (CNEF) **Fotos:** Paulo Cabral e Ricardo Borges **Tiragem:** 71 mil

E-mail ANDES-SN: secretaria@andes.org.br **E-mail Redação:** imprensa@andes.org.br **Site:** www.andes.org.br **Fone:** (61) 322-7561

Seminário debate propostas de mudanças no ensino superior

A possibilidade de substituir o vestibular por outro tipo de seleção, a necessidade de valorizar a pesquisa e as novas formas de financiamento do ensino superior estavam entre os temas debatidos no seminário “*Universidade: por que e como reformar?*”, promovido pelo Ministério da Educação nos dias 6 e 7 de agosto, em Brasília.

Por conta da Marcha dos Servidores Públicos contra a reforma da Previdência, realizada no dia da abertura do seminário, o evento, que aconteceria no auditório Petrônio Portella do Senado, precisou ser transferido às pressas para o Clube do Exército.

Na abertura, que contou com a participação do secretário de Educação Superior do MEC, Carlos Antunes; do representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência (Unesco), Jorge Werthein; do presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, Osmar Dias (PT/PR); do presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Gastão Vieira (PMDB/MA); e do presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), José Carlos Almeida, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, disse que “a educação de qualidade passa por uma universidade de qualidade, desde que ela seja também comprometida socialmente, hoje e nas próximas décadas”.

Para o ministro, o ensino superior precisa avaliar a perda de sintonia com a sociedade, principalmente porque hoje

o diploma universitário deixou de ser um “passaporte” para o mercado de trabalho. “Se não mudarmos a estrutura do ensino superior, a demora dos cursos e a permanência dos alunos, não vamos conseguir segurá-los”, disse Cristovam para cerca de mil pessoas, entre professores, estudantes, reitores e especialistas em educação. “O aluno passa cinco anos na universidade; seis meses depois de formado continua desempregado e descobre que já está defasado. Por isso, proponho cursos com duração menor”.

A sugestão do ministro não é bem aceita entre os professores universitários. “Na metodologia de trabalho, de estudo, de educação, o tempo joga favoravelmente: o aluno sedimenta a informação, faz a discussão”, defendeu o vice-presidente do ANDES-SN, José Domingues de Godói Filho.

“Apressar a conclusão de um curso universitário é perder sua densidade, sua capacidade de desenvolvimento científico. Você passa a formar técnicos, que reproduzem o que vem de fora, não produzem e ficarão rapidamente ultrapassados no mercado de trabalho”, completou o tesoureiro do ANDES, Almir Serra Martins Menezes Filho. Para ele, não há distanciamento da universidade com a sociedade, pois os projetos de extensão, cursos de aperfeiçoamento profissional e pesquisas científicas de base, desenvolvidos nas universidades, são destinados diretamente à sociedade.

Educação básica

Mostrar aos cientistas e acadêmicos que, para transformar a universidade, é preciso investir na educação básica e erradicar o analfabetismo foi um dos argumentos centrais do discurso do ministro da Educação. “O Brasil não será um país de rico patrimônio científico e tecnológico, enquanto jogar fora 20 milhões de analfabetos e dois terços dos jovens que não conseguem terminar o ensino médio”, disse.

É outro argumento contestado pela direção do ANDES-SN. “É preciso construir um sistema compacto, coeso, da creche até o fim da vida. Não dá para falar em mexer na educação básica sem mexer na universidade. Até porque quem vai formar o pessoal do básico é a própria universidade”, afirmou Domingues.

Para ele, está clara a necessidade de uma reciclagem, mas no processo todo. “A universidade tem um problema mundial na construção do saber. O saber passou a ser fragmentado. As pessoas perderam a dimensão da totalidade. Como recuperá-la? Essa é a questão que precisa realmente ser discutida. O modelo que está aí não forma ninguém, só informa”, finalizou o vice-presidente do ANDES-SN.

Almir também considera essa segmentação na educação um equívoco: “O ideal é investir pesado nos dois: educação básica e universidade”.

MEC reúne-se com entidades sindicais para implantar Mesa Setorial de Negociação

Representantes de entidades sindicais e do Ministério da Educação estiveram reunidos, no último dia 30/7, para implantar a Mesa Setorial de Negociação. O evento, no entanto, acabou se transformando em palco de discussões de uma reforma educacional mais ampla.

A instalação da Mesa Setorial seria um desdobramento da Mesa Nacional já criada – seguindo o modelo de negociação implantado pelo presidente Lula envolvendo Governo e Servidores Públicos Federais. O objetivo das entidades sindicais é cobrar o cumprimento dos acordos da greve de 2001. Isto feito, dar-se-ia início às novas reivindicações da categoria.

No encontro, além de esclarecer os representantes do MEC quanto ao real objetivo da instalação da Mesa Setorial, o 1º vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), José Domingues de Godói Filho, criticou a ameaça do Ministério do Planejamento de cortar o ponto dos servidores em greve. “Essa atitude só vai estender a greve e, o que é pior, acabar com o ano letivo nas universidades. Não contribui para o processo de negociação. Derrubamos a medida na Justiça, se for necessário”, disse Domingues.

A presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), reitora Wraza Maria Panizzi, também externou profunda preocupação com relação a esse possível corte de ponto: “Passamos nossa posição diretamente ao ministro Cristovam Buarque”.

Maria de Fátima Feitosa de Sousa, coordenadora-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), que assinou, juntamente com o Andes-SN, em maio último, um termo de acordo com o Ministério da Educação, fez questão de lembrar, durante a reunião, que o MEC comprometeu-se a participar, nas mesas setoriais de negociação, para tratar da titularidade na carreira de magistério de 1º e 2º graus, da recomposição do quadro funcional das IFE, dos auxílios-alimentação e assistência à saúde e dos hospitais universitários. “Através da mesa de negociação as bancadas do Governo e dos Sindicatos definem uma política de Estado. A pauta de reivindicações da greve de 2001 já foi reapresentada ao Governo. Agora estamos aguardando seus prazos para o cumprimento desse acordo”, salientou.

Apesar de haver apresentado aos participantes uma proposta de funcionamento da Mesa Setorial de Negociações totalmente voltada para discussões mais amplas do problema educacional no país, o MEC comprometeu-se a reunir-se novamente com as entidades sindicais para a implantação, de fato, das Mesas Setoriais de Negociação. O encontro deve acontecer logo após a conclusão do Regimento Interno das Mesas, previsto para o próximo dia 25/8.

Paralelamente, o Governo demonstrou boa vontade no sentido de criar um Fórum que terá como tema de discussão a reforma educacional num sentido mais amplo. O encontro ficou marcado para o dia 18 de agosto.

CARTA DE PROFESSOR

Otária de Carteirinha no “Vale dos Dinossauros”

Eu. É assim que eu me sinto. 78 anos acreditando em compromissos ideológicos. Hoje, não tenho nome. Sou número. E número inativo. Quem diria! Pagar a Previdência pra no fim da vida me tornar massacrada-pagante. Ouço o noticiário da TV e fico à beira do infarto. A tortura social toca as raízes de exterminio. Tão varrendo as pessoas pra debaixo do tapete. Querem matar os sobreviventes de FHC, sem ver as conseqüências disto na máquina administrativa do país. É essa Reforma aí, né? Começam querendo que os mais fracos – ativos e inativos – funcionários públicos – paguem as contas de antigas bandidagens oficiais. Por que não cobram dos devedores da previdência? Por que não vão atrás dos corruptos? Não. Estão começando jogando pedra na Geny, na política social que prometeram priorizar. Como pode um professor universitário aposentado ganhar hum mil e tantos reais e pagar só de plano de saúde seiscentos reais? Puxa vida, o Estado não dá conta dos idosos e ainda vai taxar inativo-baixa-renda? Querem mais sacrifícios? Revejam quando nada o chão e o teto. Atentem para paridade. A integralidade.

Tenho cabeça razoável, mas meu corpo está cheio de osteoporose, hormônios desarrumados, pressão arterial detonada, uma rodada de operações a fazer, e não digo o resto pra não aporrinhar a minha paciência e a de quem me lê. Tudo sobe. Plano de saúde. Supermercado. Remédios. Luz, água e telefone. E ainda tem ministro que diz que aposentado não precisa de dinheiro. Que moral vou ter para aconselhar meus netos a terem responsabilidade social? O mais novo já disse que quer ser modelo fashion pra posar nu por aí. É melhor do que ser traficante ou professor universitário. Duas carreiras suicidas com embasamento e resultado ético diverso.

Sem querer ser sarcástica - e sendo - tô a fim de arranjar alguma revista sinistra pra me eleger a velhinha sexy do milênio. Apesar da bunda já estar decadente, ela está no nível dessas velhas estrelas políticas, em céu de furacão, ressuscitando como almas penadas. Pode? Por que vocês não reformam suas cabeças criativas e partem pra desenvolver este país, logo? Ficam mobilizando atenção e energia para a previdência, em vez de tomarem providências emergenciais pró-desenvolvimento.

Agora inventaram de ouvir os Governadores, a maioria exterminadores do presente. Piada! Macaco tomando conta de banana! Eles só têm compromi-

ssos com sorrisos pré-eleitorais. Eles tão a fim de que o PT se queime mesmo pra elegerem quem eles quiserem em 2004. Tô ficando lélé da cuca ou esta fome faminta burocratizada não está sendo percebida por vocês? Tão matando os **fome-mil** de fome e ansiedade. Os **fome-medo**, classe média, não podem andar nas ruas e não podem ficar em casa. Assalto por todo lado, até por este **PT de Sarney** que vai pra TV barbarizar nossa segurança mental.

Petistas mesmo são as bases, como eu, não ouvidas. Eu que ralei pra chuchu pra abrir espaço pra esse ministrozinho da **IMPrevidência** falar com cara de desligado obsessivo e pensamento de rato esquizofrênico. E este Palloci, com boca de bebê rejeitado cuspiendo a câmera e a minha saúde energética? O Dirceu, cheio de glamour reflexivo, esquece os sonhos do passado e posa de estadista biodegradável. Estou estarrecida. Goinho, ex-guerrilheiro, agora fascista raivoso, proibindo opinião e discurso de Heloisa Helena, Luciana Genro e Babá (João Batista Araújo). Só falta falar de olhos esbugalhados, em forças de coalizão. Fascismo brega, capaz de ver armas de exterminio em qualquer traque de São João. Rapaz, ele só tá dizendo o que nós estamos pensando. Nada mais que isto. Escuta, Mano Véio, qualé?

Suplicy, parabéns pelo espaço que você abriu no seu site. Continue visionário e lutador. Lula, tô torcendo pra que o sonho que a gente sonhou juntos dê certo. Dê certo com você. Você não é meu primeiro voto, mas pode ser o último. Mete os peitos porque você é meu último sutiã. Frei Beto, peça a Deus luz para estas estrelas petistas antes que a vaca vá pro brejo. Lembre a todos **Coerência, Compromisso e Credibilidade**. Não se trata só de presa. É questão de princípios, de rumo. Não se atordoem pelo **Poder do Poder**, repetindo a cartilha de nossos pais.

Por favor, é hora de honrar compromissos com Ações, respeitando a esperança, a fé, a crença de um país, de um povo – do Povo Brasileiro.

Vovó-Papo-Cabeça, **quase ex-companheira petista, pensando em ser neofundadora do Partido dos Descontentes Produtivos Ativos e Inativos**.

Maria Eugênia da Silva

mariaeugeniadasilva1@hotmail.com

Marcha contra a Reforma reúne mais de 80 mil servidores públicos

Assim como na posse de Lula, quando a Esplanada dos Ministérios foi tomada por uma multidão, a Marcha dos Servidores Públicos contra a PEC-40, realizada no último dia 6, reuniu mais de 80 mil pessoas. Desta vez, no entanto, não para comemorar, mas para lamentar a aprovação em primeiro turno da reforma da Previdência, votada na terça.

Apesar da votação ter sido antecipada justamente com o intuito de enfraquecer a mobilização, os servidores públicos, vindos de vários estados do país, não esmoreceram. Logo cedo, entoando palavras de ordem e exibindo camisetas e bandeiras contra a reforma, os manifestantes concentraram-se em frente a Catedral para seguir na marcha, que começou às 11h.

Na altura do Ministério da Previdência, o carro de som da organização do movimento parou para que fosse dado início ao primeiro ato da marcha. O deputado federal João Fontes (PT-SE), que votou contra a PEC-40 e deve ser expulso do partido, disse, em seu discurso, que o povo mais uma vez foi traído com a antecipação da votação em primeiro turno. “Prefiro sair do PT do que vender minha alma ao FMI e ao Banco Mundial”, afirmou. As deputadas federais Alice Portugal (PC do B-BA) e Luciana Genro (PT-RS), que também votaram contra a reforma, falaram aos servidores.

A marcha seguiu e, a cada momento, mais e mais caravanas chegavam à Esplanada dos Ministérios. Por volta do meio-dia, o eixo monumental estava tomado pelos servidores, da rodoviária à Praça dos Três Poderes.

No meio da multidão, servidores do Sintur do Rio de Janeiro carregavam dois caixões – um enterrando o governo Lula e outro a personagem FHLula, uma foto montada com o rosto das duas

figuras políticas. Ao mesmo tempo, os manifestantes cantavam o refrão de um velho conhecido samba: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”.

Traição, a propósito, foi o termo empregado pelo presidente do ANDES-SN, Luiz Carlos Lucas, para definir o adiamento da votação da reforma. “A atitude desses parlamentares mostra o medo que eles têm do povo, consequência natural da traição. Mas hoje os trabalhadores brasileiros estão provando que não se deixarão abater por isso. O Governo só ganhou no primeiro turno. Ainda temos mais cinco: um na Câmara, dois no Senado, um na Justiça e um nas próximas eleições”, afirmou.

Em frente o Palácio do Planalto foi a vez do deputado federal Babá (PT-PA) falar aos servidores. “Transformaram o PT num PT transgênico. Querem nos tirar do PT mas quem deveria sair é José Genoíno”, disparou. A senadora Heloísa Helena, muito emocionada, chorou durante seu discurso. “Eu dei muito da minha vida para construir esse partido. Muitos outros colegas também e talvez seja por isso que estejamos sofrendo tanto. A gente sabe o significado do povo brasileiro. Lutamos muito para que o filho desse povo, o operário, o nordestino chegasse ao Poder. E aprendi, com minha mãe analfabeta, na vida difícil para criar com dignidade 11 filhos, que só se ajoelha para Deus”, finalizou, sendo ovacionada pelos servidores na Praça dos Três Poderes.

O fim da marcha contou com um ato-surpresa: um “abraço” no Congresso Nacional. Apesar da tentativa da Polícia Militar de impedir a entrada dos servidores na parte superior da Casa, os manifestantes deram as mãos

e se posicionaram em volta dos dois pratos da Câmara e do Senado. Na saída, algumas pessoas tentaram entrar no Congresso e houve confronto com a Polícia Militar e seguranças da Casa. Quatro pessoas ficaram feridas mas foram atendidas pelo serviço médico do Congresso e liberadas em seguida. Vários vidros do Salão Negro, que dá acesso ao Congresso, foram quebrados.



“Não foi para isso que Lula foi eleito”

Foto: Jorge Cardoso



Formado em geologia, o professor José Domingues, vice-presidente do ANDES-SN, não tem a menor dúvida: a lógica da reforma da Previdência não é garantir justiça social e uma aposentadoria digna para os servidores públicos e para trabalhadores da iniciativa privada. O objetivo do governo, na verdade, é contemplar o sistema financeiro com os chamados fundos de pensão. Crítico ferrenho do modelo brasileiro de economia e de sociedade, Domingues sugere aos governantes que tomem lições com os povos indígenas, em especial os Xavantes, para aprender noções de respeito pelos idosos.

O governo alega, na reforma da Previdência, a necessidade de ajuste fiscal. Diz que a Previdência é deficitária. É ou não?

Domingues: Em primeiro lugar, não concordamos com o pressuposto de se tratar a Previdência como uma questão fiscal. Isso é absurdo. A Previdência é uma questão de direitos humanos. Tem de mudar completamente o enfoque. Essa lógica do governo é perversa. Mesmo assim, os dados do próprio governo demonstram que ela é superavitária. Ninguém fabricou os dados. Se você pegar os dados que o Ministério tem usado naqueles datashow que apresenta, e pegar os dados que dizem que subsidiavam aquelas conclusões, eles não batem. Por exemplo: o ministro diz que as grandes aposentadorias são um problema. Estivemos discutindo isso no Ministério com o secretário de Previdência um tempo atrás. Pedimos os dados que demonstram que há um número significativo de pessoas nessa situação e o volume financeiro envolvido também. Resposta final: não passam de 15 mil pessoas. Em termos financeiros e numéricos, isso não é representativo, segundo palavras textuais dos próprios técnicos do Ministério. Então, não é verdade.

Qual seria o superávit da Previdência hoje?

Domingues: Tirando tudo, com todos os cortes colocados, no mínimo, ainda sobriam dois bilhões por ano. Isso considerando os ralos das pensões absurdas, como essas de 15 mil reais. É bom desmistificar: para saber quanto vai dar a aposentadoria, para ficar muito simples, imagine-se alguém pagando 11% ao mês, que é o caso dos servidores públicos, sobre seu salário integral. No final de 12 meses são 12 vezes 11% economizado. Isso significa 1.32 salários no final de um ano. Trinta anos, se for mulher, vai dar 39.6 salários vezes 6%, que é a correção da poupança sem capitalização, sem juros sobre juros, enfim, sem os ingredientes que se colocam na fórmula da equação financeira. Isso significa 240 salários, ou seja, 20 anos por receber. Só os 11% do trabalhador, fora os 22% do Estado. Portanto, não tem jeito de ser deficitária. Não há matemática que prove isso.

Então, por que a reforma?

Domingues: Na realidade, os dados não batem. Isso quando eles têm dados. Dos quase seis mil municípios, só têm dados de

cerca de 200 e como o cálculo extrapolado daquele jeito, os dados não fecham, não batem. Na realidade o que eles estão fazendo? Em primeiro lugar a reforma já foi feita com a Emenda Constitucional nº 20. Pegou os servidores públicos civis e os do setor privado. O que eles estão querendo fazer agora é aplicar o artigo 202, que cria o fundo de pensão. Estão querendo atender a outros interesses. Óbvio, que para fazer isso, têm de manter a mesma lógica e o mesmo modelo de Estado anterior, que foi definido com as Emendas Constitucionais 19 e 20, com a reforma do Estado. A Emenda Constitucional 40/03 está ancorada nessas duas. É o mesmo tipo de Estado, o mesmo formato de Estado. Ora, não foi para isso que Lula foi eleito. Não é isso que se esperava: a manutenção da estrutura de Estado que está aí. E isso foi se refletindo em vários outros documentos que o governo está fazendo ao mesmo tempo.

Como o da reforma tributária com a desvinculação de receita para educação e saúde?

Domingues: A educação perde de saída, pelo menos, R\$ 20 bilhões só nessa brincadeira. Sem mexer na Constituição. Diminuir os percentuais da emenda Calmon, dos 25% dos Estados, se sarrupia R\$ 20 bi da educação. Quer dizer, porque o formato do Estado é outro. O formato do Estado vem todo ele na mesma direção, acirrando mais em relação ao modelo anterior, aprofundando mais as discrepâncias. Aliás, eles já disseram que vão fazer a reforma de quarta geração. A primeira foi o sistema DASP, depois o Collor, FHC, agora eles. Se considerarmos os documentos que eles estão produzindo, os documentos das agências internacionais que estão também produzindo, principalmente do Banco Mundial e do FMI, é muito próximo, é igual. Quase clone, quase plágio um do outro. Essa é a política. Com os debates dos últimos dias ninguém tem mais dúvida de que a questão é o fundo de pensão.

Como funcionaria o fundo de pensão?

Domingues: Em linhas gerais, estabelece-se uma contribuição previdenciária inferior ao que uma pessoa percebe. E aí propõe a criação de um fundo para que a pessoa pague um valor mensal a fim de complementar sua aposentadoria. Quando ela se aposenta, como vai receber menos, então paga ao longo da vida um valor para receber mais. Mas

o fundo de pensão é algo que tem de ser lastreado em dinheiro, porque senão some do mapa. Eles são lastreados em ações, via de regra. Têm interferência direta com o jogo do capital. Eles não garantem benefício a priori. Ou seja, você sabe o quanto recebe. Há outras implicações: para que os fundos de pensão possam ganhar dinheiro, é preciso que as companhias em que eles invistam ganhem dinheiro. Para uma companhia ganhar dinheiro, até que mude o modelo ou o capitalismo arranje outra saída, só tem um jeito: ou toma do mundo do trabalho ou não tem como acumular. Isso é uma contradição ainda mais grave para um governo que se diz do trabalho, do trabalhador, que diz que quer distribuir renda e vai criar um fundo de pensão que ainda ajuda a concentrar mais, muito mais.

O que seria uma reforma justa da Previdência? Seria, por exemplo, conter as fraudes, os desvios, a sonegação, colocar mais funcionários para fiscalizar e impedir essas fraudes?

Domingues: Operar a máquina com decência é o mínimo que se espera do setor público. No caso da reforma, em primeiro lugar, teria que se rever e revogar a Emenda Constitucional nº 20, porque ela afeta o setor público e o setor privado no fator previdenciário, que reduz a pensão e a aposentadoria também do setor privado. Seria ampliar os direitos do setor privado. De que maneira? Por exemplo, os funcionários públicos têm aposentadoria integral. Então você não pode obrigar que o setor privado tenha a mesma aposentadoria integral nos mesmos moldes.

Por quê? Não poderia mudar o teto de contribuição?

Domingues: Não. Não por isso. Porque você não vai obrigar o trabalhador a pagar 11% sobre o salário integral dele. Essa é a lógica e ele pode não querer. Os funcionários públicos pagam 11% sobre o salário integral, o setor privado, não. Mas, se fizer essa opção, ele vai ter garantido isso. Então, se ele tem o salário de 10, vai pagar 11% sobre dez. Se o salário é de mil, vai pagar 11% sobre mil. Agora, na hora em que ele se aposentar, é a mesma coisa. Isso é ampliar direitos. Então, baseado naquela mesma continha: 11% dele, 11% do patrão, 11% do sistema, portanto, 33% todo mês, economi-

zando, não tem jeito de falir. Ah, mas vai acabar com o mercado. Não. Não vai acabar com o mercado coisíssima nenhuma. Vai distribuir essa renda, essa riqueza que está acumulada no mundo do capital. Tem uma gordura, não é nem gordura, é uma obesidade brutal que poderia ser utilizada. Então, é estender esses direitos a todos. Isso é o que a gente pressupõe que deveria acontecer. O velho, o aposentado, ele também precisa ter aposentadoria integral e paridade. Não tem esse negócio de dizer que é mais um velho. Não, espere. Além do que, há um pressuposto ético. Em qualquer sociedade decente os ativos é que garantem as crianças, os doentes, os inválidos e os aposentados e, até mesmo, os lucros dos capitalistas "inativos" que ficam sentados lá ganhando dinheiro nas costas da turma.

A sociedade parece que não respeita os idosos...

Domingues: Se olharmos para nossos ancestrais, para os nossos povos indígenas, veremos que eles dedicam extremado respeito às crianças e aos velhos. Na concepção Xavante, por exemplo, as crianças são respeitadas e a coisa mais rara que você tem dentro de uma aldeia é uma criança chorando. Os Xavantes entendem que as crianças serão a história, por isso elas têm de ser compreendidas; os velhos, lá, não têm esse sentido pejorativo dado pelo não-índio. São a história. Portanto, aqueles que estão a meio caminho, que serão a história, têm de cuidar daqueles que ainda vão ser, que ainda não estão sendo, e daqueles que já são a história. Isso é o respeito às duas pontas que nós não praticamos. Ficam com programas demagógicos aqui, de terceira idade, etc. Isso tudo é demagogia.

Como fica o movimento agora, com a aprovação da reforma em primeiro turno?

Domingues: A greve continua. O enfrentamento prossegue até a votação no Senado. No dia 19, haverá outra marcha, organizada pela CNTE e pela CUT. Vamos engrossar as caravanas. Nesta semana, estamos promovendo atos nos estados, distribuindo os cartazes com fotos dos deputados que votaram a favor da PEC 40/03.

E a marcha?! Qual é o saldo da mobilização?

Domingues: A marcha foi um êxito, só perdemos para a dos 100 mil. Aquele acontecimento no final foi pontual. Viu-se perfeitamente que eram algumas poucas pessoas que nada tinham a ver com o movimento. O objetivo da mobilização foi atingido. Mais de 10% dos funcionários públicos do país estavam presentes, levando-se em consideração que temos quase 600 mil na esfera federal. E foi só o começo da pressão; os parlamentares têm clareza que o desgaste do Governo foi grande. Fizeram concessões absurdas bem estilo Arena mesmo. E vão ter que fazer outras no segundo turno se quiserem a aprovação.

Brasil e Alca: mire-se no exemplo do México e Nafta

Um dos principais argumentos utilizados pelo governo dos EUA para defender a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) é o benefício trazido pelo Nafta (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) aos países participantes (México, Canadá e EUA). A população mexicana ainda aguarda a concretização desses benefícios. Mais da metade dela vive na pobreza e 19% na indigência. Nos anos de vigência do Nafta, a cesta básica de alimentos aumentou 560%, enquanto os salários cresceram apenas 136%.

O Nafta é um acordo de livre comércio que estabelece uma eliminação tarifária progressiva, de forma que após dez anos do início do acordo (1994) as barreiras comerciais deixariam de existir. Dentro das regras estabelecidas para o acordo, visou-se principalmente proteger as economias dos países envolvidos e impedir que outros países pudessem ter acesso ao mercado norte-americano por meio desse acordo. Na área de serviços, o Nafta prevê uma abertura comercial, de forma a permitir o comércio entre fronteiras e ainda uma garantia de direitos de propriedade intelectual e tratamento diferenciado para os setores têxtil, de vestuário, automotriz, de energia, de agricultura, de transporte terrestre e de telecomunicações.

Em vigor desde 1994, o Nafta serve de exemplo para demonstrar o que acontece quando países em situações econômicas, sociais e tecnológicas muito diferentes organizam um bloco de livre circulação de investimentos e mercadorias. Segundo análise do Economic Policy Institute, de Washington, os resultados foram piores para o México, mas também trouxe derrotas para os trabalhadores norte-americanos. Empresas dos EUA fecharam e foram instaladas no México, onde a mão-de-obra era mais barata e as leis trabalhistas mais flexíveis. Nos EUA, estima-se que pelo menos 766 mil postos de trabalho foram eliminados na indústria.

“Maquiladoras” são campeãs em trabalho infantil

Uma das novidades introduzidas pelo Nafta foi a instalação das chamadas “maquiladoras” no México, empresas imunes às leis trabalhistas. Segundo a ONU, essas empresas são as que mais empregam mão-de-obra infantil no planeta, colocando o país como campeão mundial da categoria: 5 milhões de crianças menores de 14 anos estão trabalhando. Elas são as únicas empresas que, estatisticamente, trouxeram mais empregos. De 1999 a 2000, cresceram 13,4% e ocupam 1,3 milhão de pessoas. Essa indústria é hoje responsável por 47% do total das exportações mexicanas. Os salários, porém, encolheram após o Nafta. Em 1994, era em média US\$ 2,10 por hora na indústria manufatureira, caindo para US\$ 1,90 por hora em 1999. E apesar do trabalho informal ter aumentado, a renda individual caiu 40% em média, já que não é possível haver espaço nem mercado para tantos trabalhadores demitidos do trabalho formal.

Os defensores do acordo argumentam

que ele provocou uma grande elevação das exportações mexicanas. De fato, nos primeiros três meses de vigência do Nafta, as exportações do México cresceram 25%, mas suas importações aumentaram 73%. Ao invés das prometidas 600 mil vagas de emprego, ao final do primeiro trimestre havia 105.225 empregos a menos no país, segundo cifras oficiais. Enquanto isso, as exportações de automóveis produzidos nos EUA para o México cresceram cinco vezes em comparação com o mesmo período de 1993.

Aumento do desemprego

Quando o Nafta entrou em vigor, em 1994, a opinião dominante era de que o México experimentaria uma nova fase de crescimento econômico, com forte geração de empregos. Os governos do Canadá, México e EUA assinaram o acordo anunciando uma era de prosperidade para toda a região. Dez anos depois, mais da metade da população mexicana permanece vivendo na pobreza e o desemprego cresce há dois anos, especialmente nos setores exportadores, os quais, supostamente, deveriam ser os maiores beneficiados pela assinatura do Nafta. A análise é do jornal Financial Times, em matéria publicada na terça-feira, dia 1º de julho, que analisa os efeitos do Nafta para a economia mexicana. Segundo a matéria do jornal inglês, a economia mexicana fracassou na tentativa de melhorar sua competitividade durante a primeira década do Nafta, perdendo para a China o posto de maior exportador para os EUA.

O problema do desemprego vem se agravando em razão do quadro recessivo da economia norte-americana. A Volkswagen do México, instalada no município de Cuautlancingo, Estado de Puebla, acaba de anunciar a demissão de 2 mil trabalhadores, o que representa 20% do total de empregados da empresa. A empresa decidiu reduzir em 24% seu programa de produção para 2003 em razão da queda das vendas nos mercados de exportação, especialmente nos EUA. Segundo Thomas Karig Geretch, diretor de Relações Corporativas e Estratégia da empresa, as demissões são necessárias para “equilibrar os custos e manter a estabilidade das finanças”. “A redução de 24% no programa de produção tem como consequência direta a diminuição do número de trabalhadores”, admitiu o executivo da Volkswagen. A empresa admite rever sua decisão caso o sindicato de trabalhadores aceite discutir redução dos salários.

Além de causar sérios prejuízos para a economia de toda a região de Puebla, a decisão da Volkswagen é um fator de inquietação para as demais montadoras de automóveis instaladas no país, que também sofrem prejuízos com a queda nas vendas dos seus produtos. Essa queda é um indicativo da persistência do quadro recessivo nos EUA, principal mercado comprador dos automóveis produzidos no México.

Atrelamento total à economia dos EUA

Segundo o economista Osvaldo Martinez, diretor do Centro de Investigações da Economia Mundial, o acordo trouxe mais prejuízos do que benefícios para o México,

gerando um quadro de deterioração da economia nacional e de retrocesso social, com agravamento do problema do desemprego. Nos anos 70, sem o Nafta, a economia mexicana cresceu em média 6,6% ao ano, enquanto nos anos 90, com o Nafta, seu crescimento foi de 3,1% ao ano. Examinando esse crescimento por habitante, nos anos 70 o produto per capita mexicano cresceu 3,4% em média por ano, enquanto nos anos 90 esse crescimento foi de apenas 1,3% ao ano.

Estima-se que, neste período, o trabalho informal abrange cerca de 50% do total dos trabalhadores mexicanos em atividade. Esses trabalhadores não têm qualquer direito trabalhista, recebem baixos salários, não têm direito à sindicalização, aposentadoria, férias ou licença por motivo de doença. Numa população perto de 100 milhões de habitantes, cerca de 20 milhões sobrevivem em precárias condições de trabalho.

Outro argumento utilizado pelos defensores do Nafta é que o acordo provocou um grande fluxo de investimentos internacionais para o México. De fato, entre 1998 e 2000, o México assistiu ao ingresso de 36,4 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros. No entanto, no mesmo período, o déficit em conta corrente do país chegou a 48,7 bilhões de dólares. Em 2000, a dívida externa mexicana alcançava os 163,2 bilhões de dólares, mais do que o dobro da registrada em 1982, quando estourou a crise da dívida na América Latina.

Para Osvaldo Martinez, o Nafta representou uma crescente dependência das relações econômicas do México com os EUA. Antes do acordo, essas relações eram mais diversificadas com o resto do mundo. Após o Nafta, cerca de 74% das importações mexicanas vêm dos EUA e 89% das exportações são dirigidas a este país. Quando a economia norte-americana sofre uma queda, como ocorre atualmente, a mexicana cai junto.

Desnacionalização da economia

As locomotivas da economia mexicana são cerca de 300 grandes empresas, a maioria delas filiais de transnacionais norte-americanas. Em torno delas, agrupam-se as empresas “maquiladoras” (situadas na região da fronteira com os EUA, onde se montam produtos com peças e componentes vindos do país vizinho com vantagens decorrentes da mão-de-obra barata), que simplesmente fazem a montagem dos produtos e importam praticamente tudo, explorando a mão-de-obra mexicana, cerca de 15 vezes mais barata do que a norte-americana. Esse grupo de 300 empresas, somadas às maquiladoras, são responsáveis por cerca de 96% das exportações mexicanas. Os 4% restantes vêm de pequenas e médias empresas, permanentemente ameaçadas de absorção pelas grandes ou simplesmente de fechamento.

A desnacionalização da economia mexicana é total. No setor têxtil, 71% das empresas são norte-americanas, que se instalaram no país depois de aniquilar a concorrência mexicana. Segundo estudo feito

por economistas mexicanos, para cada dólar de exportação industrial do México para os EUA, há apenas 18% de componentes nacionais. No caso das “maquiladoras”, para cada dólar exportado a participação de componentes mexicanos é de apenas 2 centavos. O transporte de carga por rodovias, após a criação do Nafta, foi liberado imediatamente, ao contrário do que ocorreu no processo de integração européia, onde essa experiência demorou 40 anos para virar realidade. Um dos efeitos dessa medida é que o Estado do Texas rejeita cerca de 50% do transporte mexicano, o Arizona, 42%, e a Califórnia, 28%. Os três Estados fazem fronteira com o México.

Concorrência desigual na agricultura

No setor agrícola, os prejuízos não são menores. Em janeiro deste ano, milhares de agricultores mexicanos reuniram-se na capital do país para uma enorme manifestação contra a entrada do México no Nafta. Os manifestantes pediram novas políticas agrícolas e pecuárias e a saída imediata do México do Nafta. Eles afirmam que uma cláusula do pacto que entrou em vigor em janeiro - permitindo a entrada de produtos agropecuários livres de taxa - terá um efeito devastador nas fazendas mexicanas.

Segundo dados da Câmara Comercial Brasil-México, atualmente 90% do intercâmbio comercial mexicano é feito com os Estados Unidos. As exportações mexicanas de produtos agropecuários aumentaram nos últimos anos, saltando de US\$ 3,2 bilhões, em 1993, para US\$ 6,2 bilhões, em 2001. No entanto, a importação de produtos agropecuários norte-americanos pelo México também subiu muito.

Os produtores mexicanos, especialmente os pequenos e médios, não tiveram condições de enfrentar o poderoso sistema de subsídios que sustenta a agricultura norte-americana e a superioridade tecnológica dos seus vizinhos. A produção mexicana de arroz foi substituída pelas importações dos EUA, que representam hoje mais de 50% do consumo mexicano desse cereal. A batata, tradicional produto da pauta de exportações mexicana, foi barrada no mercado norte-americano, sob o pretexto de barreiras fito-sanitárias. Enquanto isso, a batata dos EUA invadiu o mercado mexicano.

O México também era um importante exportador de algodão. Passou a ser um dos maiores importadores do produto. A superfície agrícola do México foi reduzida e calcula-se que há hoje cerca de seis milhões de camponeses sem terra, que antes trabalhavam em cultivos que foram substituídos por produtos norte-americanos importados. Esses camponeses engrossaram as fileiras dos mexicanos que tentam atravessar o muro que os EUA construíram na fronteira com o México, ao longo do rio Grande. Muitos deles acabam morrendo ou sendo presos pela polícia de imigração norte-americana. Após quase uma década de vigência do acordo, mais da metade da população mexicana não tem muito a comemorar.

Servidores decidem ampliar a greve contra a reforma da Previdência

A última Plenária Nacional dos servidores federais, no dia 8 de agosto, deliberou, por unanimidade, pela manutenção da greve dos SPFs. A avaliação dos participantes é de que é possível reverter a votação realizada em 1º turno da Câmara, que aprovou o substitutivo à PEC 40/03.

O governo Lula, para conseguir os votos necessários à reforma, usou os já conhecidos e espúrios expedientes, largamente utilizados no governo FHC. Houve uma grande pressão sobre os parlamentares para votarem em favor da PEC 40/03. Os deputados do PT e PCdoB sofreram ameaças e pressões para votarem a favor do texto da reforma.

Mais graves ainda foram as medidas



repressivas adotadas pelo Presidente da Câmara, que fechou o acesso ao Congresso e armou um aparato de guerra para conter os trabalhadores que foram protestar contra a privatização da Previdência. Até bloqueios de estrada foram efetivados para impedir ou atraparar a entrada de manifestantes em

Brasília. Mesmo com todas essas manobras, a votação ficou aquém da previsão do governo. Foram apenas 51 votos além dos necessários para aprovação do texto em 1º turno. Se a bancada da "oposição" não votasse majoritariamente pela reforma, a PEC 40/03 teria sido rejeitada.

Diante desse quadro, a Plenária Nacional dos SPFs aprovou a continuidade e intensificação da greve, combinada com um conjunto de ações políticas para tentar evitar a aprovação da PEC em 2º turno. Além da greve, foi aprovada a confecção de cartazes e outdoors com o retrato dos deputados que votaram contra os trabalhadores. Essa medida é fundamental para fazer a denún-

cia pública desses parlamentares, alguns com base eleitoral entre os servidores públicos.

O fundamental nesse momento é somar todos os esforços para a manutenção e ampliação do movimento. A greve dos SPFs se mantém num patamar muito bom, sem sinais de refluxos. Nesse momento, as entidades devem enviar todos os esforços necessários para que o movimento não recue, que é exatamente o que governo pretende. O desânimo de alguns é compreensível depois da votação da PEC em 1º turno, entretanto, cabe às direções e à militância combativa reverter esse quadro e manter acesa a chama da luta.

Fonte: Fenajufe

UNE apóia greve dos servidores

Em carta aprovada na primeira reunião da atual diretoria da UNE, realizada nos dias 9 e 10 de agosto, em Brasília, os estudantes manifestaram solidariedade e apoio à greve dos servidores, posicionando-se também contra a precarização do trabalho nas universidades públicas.

A Carta de Brasília, nome dado ao texto, enfatiza que o momento atual poderá ser caracterizado como um período de transição entre o modelo neoliberal e o modelo de desenvolvimento nacional, com distribuição de renda. Mas que isso só ocorrerá se os agentes da mudança disputarem os rumos do governo Lula, por meio de mobilizações, proposições e da maturidade política necessária para caminhar dentro da pluralidade de opiniões.

Os estudantes destacam que forças conservadoras tentam impor ao governo Lula suas propostas das reforma -

Previdenciária, Trabalhista, Tributária, a independência do Banco Central, a continuidade do endividamento externo e a assinatura da ALCA. "Uma agenda do modelo anterior, que claramente retira direitos dos trabalhadores, precariza o trabalho, ataca a soberania nacional e, sobretudo, distancia o governo do rumo das mudanças. Cabe aos movimentos sociais brasileiros, com independência e comprometimento com o futuro, construir uma pauta para este governo, que aponte na direção das mudanças e das reformas que ampliem direitos dos trabalhadores indispensáveis para a ruptura com o modelo anterior", diz o texto.

Reforma Universitária - A Carta de Brasília enfatiza ainda a necessidade de uma reforma universitária. Mas que ela traga em seu conteúdo uma nova perspectiva para a universidade brasileira, cujo papel seja de contribuir estrategicamente para o desenvolvi-

mento nacional com inclusão social. Os estudantes argumentam que a universidade precisa se tornar um pólo de defesa da soberania nacional por meio da valorização da produção científica, "que atenda às necessidades de nossa sociedade, da criação de projetos que contribuam para o desenvolvimento nacional com diminuição das desigualdades regionais, da formação acadêmica de caráter emancipatório que rompa com o tecnicismo de mercado".

Para os estudantes, "esta agenda deve se caracterizar por uma ampla mobilização da comunidade universitária e da sociedade, estendendo o debate para horizontes cada vez mais amplos e, assim, construir uma proposta que contemple as demandas da atualidade e que cumpra seu papel de transformação".

A íntegra da Carta de Brasília pode ser acessada no seguinte endereço: www.estudentenet.com.br

Confira o calendário de lutas dos SPFs

11 a 15/8 - Realização de atos unificados nos estados, ampliando a mobilização para os setores estaduais e municipais.

13/8 - Lançamento dos cartazes denunciando os parlamentares que votaram contra os trabalhadores.

19/8 - Participação na Marcha a Brasília, convocada pela CUT e CNTE;

20/8 - Plenárias setoriais;

21/8 - Plenária Nacional dos SPF

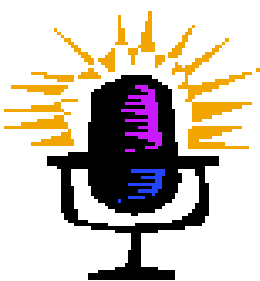
Alunos engrossam greve dos professores na USP

A greve dos professores da USP (Universidade de São Paulo), iniciada na segunda-feira, obteve ontem apoio formal dos alunos da graduação e da pós-graduação. Isso não significa que os estudantes vão deixar as salas vazias.

Os pós-graduandos, por exemplo, querem estender a discussão sobre a paralisação para seus problemas, como

redução do número de bolsas, congelamento do valor delas e cursos pagos. Já os graduandos põem em funcionamento desde hoje um calendário de mobilização composto por panfletagem, manifestações e discussões sobre a reforma da Previdência -em sintonia com os docentes em greve. *Com informações da Folha de São Paulo*

ABRAÇO debaterá radiodifusão comunitária e o governo Lula



A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) realizará, entre os dias 24 e 26 de agosto, o seu V Congresso Nacional, em Brasília-DF. O ANDES-SN participará da solenidade de abertura.

O tema central será A Radiodifusão Comunitária e o Governo Lula. Ao final do congresso, ocorrerá a eleição e posse da nova diretoria. Participarão delegados representantes de 23 estados brasileiros, onde existem entidades estaduais da ABRAÇO.



Leia a revista Universidade e Sociedade

Adquira na sua Seção Sindical ou diretamente na sede do ANDES-SN

Aumentam os protestos e a repressão na República Dominicana

Os protestos contra o novo acordo com o FMI, a falta de energia elétrica e a carestia se generalizam na República Dominicana, enquanto a repressão contra os movimentos sociais tem feito perseguições, causando inúmeros feridos e prisioneiros, principalmente entre os integrantes do Coletivo de Organizações Populares e da Convergência de Movimentos Populares das Américas (COMPA).

As manifestações populares aumentaram significativamente, levando os trabalhadores a interromper o trânsito, a exibir utensílios de cozinha e a organizar passeatas em frente aos prédios governamentais e dos serviços públicos. Há aqueles que já declararam greve ou que se confrontaram com a polícia, passando a se converter numa verdadeira dor de cabeça para as autoridades, que declararam guerra a todos aqueles se mostram inconformados com a difícil situação em que vive o país.

A Situação Atual

Atualmente, a República Dominicana vive uma situação muito parecida com a da Argentina de dezembro de 2001, sacudida por uma constante inflação que multiplica até seis vezes os preços dos produtos de consumo, os combustíveis e os serviços básicos. Os apagões de até 20 horas e a descoberta de uma gigantesca fraude bancária que representa cerca de 80% do orçamento atual são duas outras situações que levaram a intranquilidade à sociedade dominicana. Enquanto isto, entre dezembro de 2002 e julho de 2003, o valor do dólar em relação ao peso duplicou, levando o país à instabilidade.

Há muito tempo várias vozes já assinalavam o perigo que o governo Hipólito Mejía incorria na adoção da política neoliberal de privatizações, que num tempo recorde, de menos de dois anos, duplicou a dívida externa e contraiu uma grande dívida interna, sob o falso argumento que dizia ser a República Dominicana um país de “baixo endividamento” e o do “mais alto crescimento econômico do continente”. Hoje os fatos falam por si.

A surdez governamental levou também a ignorar as vozes que afirmavam que o país não poderia assumir os Jogos Panamericanos, que ocorrerão de 01 a 17 de agosto e nos quais se estima gastar mais de um bilhão de dólares.

Nos Braços de Bush e do FMI

O governo de Hipólito Mejía e do social-democrata Partido Revolucionário Dominicano estão submetidos total e vergonhosamente à política agressiva de Bush, tendo apoiado a invasão ao Iraque e enviado agora uns 300 soldados para “reconstruir o país”. Por outro lado, reedita a triste história do governo de seu próprio partido, quando em 1983, ao preço político de mais de 100 pessoas mortas, assinou acordo com o FMI colocando o país num processo de instabilidade econômica e submetendo-o a dolorosos ajustes que ameaçam agora a voltar.

As soluções que se apresentam hoje são as mesmas de ontem, aquelas que determinaram o empobrecimento de mais de 66% dos dominicanos: mais ajustes; 100 mil pessoas desempregadas em curto



tempo; quebra massiva da pequena e média produção; aumento da dívida com o empréstimo de mais de um bilhão de dólares; adesão a ALCA e à política bélica de Bush Jr.

O Direito de Resistir e Protestar

O governo faz de tudo para calar as vozes dos que se manifestam valentemente contra sua política. Ordenou a proibição de programas nos veículos de comunicação (censura), a detenção ou a submissão de jornalistas, estimulou militares e policiais a ameaçarem a população, promoveu a repressão violenta aos atos de protesto, a perseguição e a prisão de líderes populares.

Nas primeiras horas do dia 10 de julho, a residência de Victor Gerónimo, coordenador nacional do Coletivo de Organizações Populares e animador da COMPA, foi invadida. Gerónimo havia participado no dia anterior de uma manifestação no bairro de Capotillo da capital Santo Domingo, no mesmo instante que em diversos lugares do país se realizavam atos de protesto. Das declarações públicas do portavoz do general Marte Martínez, chefe da Polícia Nacional, se depreende que o governo quer fabricar um expediente falso ao dirigente popular, acusando-o de organizar a luta armada e estimular que os protestos sejam violentos, buscando com isto desviar a atenção da sociedade e colocar o movimento na defensiva.

Compreendendo a grave situação, Fernando Morillo, do Conselho da Unidade Popular, exigiu a liberdade de Gerónimo e conclamou a realização do Dia Nacional de Protestos contra os acordos com o FMI, que se realizou no dia 11 de julho, e a marcha de 150 quilômetros entre Santiago de los Caballeros e Santo Domingo para o dia 23.

A resistência, portanto, não cede. A experiência de luta acumulada pelos movimentos sociais dominicanos em todos estes anos é colocada a prova pelo próprio governo, quando faz uma verdadeira declaração de guerra ao movimento com a prisão de Victor Gerónimo, junto com as ameaças militares, os apagões, a carestia e as difíceis condições para o de-

envolvimento normal da vida.

Resistência também no Equador

O Equador vive também um momento crucial de resistência contra a política favorável ao FMI empreendida pelo governo Gutiérrez. No dia 11 de julho, na Universidade Politécnica Salesiana de Quito, cerca de três mil delegados de bases sociais das organizações de trabalhadores, indígenas, professores, camponeses, pequenos industriais e comerciantes, estudantes, religiosos e ex-militares, dentre outros, estiveram reunidos para estabelecer as linhas programáticas da luta de resistência contra as medidas neoliberais incrustadas no governo.

Além desses representantes, as organizações que não puderam comparecer mandaram mensagens de solidariedade, como foi o caso das organizações políticas MPD, PCMLE, MIR e o Partido Socialista. Hebe Bonafini, presidenta das Mães da Praça de Maio, foi ovacionada na sua saudação à luta do povo equatoriano, conclamando todos à união de esforços para evitar a repetição do que ocorreu na Argentina. Até a CONAIE (maior organização indígena e cujo braço político, Pachakutik, colabora com o governo do presidente Gutiérrez) esteve presente saudando o Congresso, instando a unidade para evitar que o país seja liquidado pelos neoliberais atuantes no governo.

Durante a realização do Congresso, os participantes se solidarizaram com os dirigentes petroleiros que lutam contra a privatização do setor e são perseguidos pela polícia, manifestaram-se contra as pretendidas privatizações de empresas públicas, dos recursos naturais e a Lei de Unificação Salarial, condenaram a submissão do presidente Gutiérrez e seu governo aos ditames de Bush e do FMI, felicitaram o MPD por ter saído do governo, rechaçaram a participação militar equatoriana nas manobras UNITAS no Plano Colômbia e exigiram a saída imediata das tropas americanas da Base de Manta.

Pedro Franco

Agência Latinoamericana de Informações - ALAI